

## Os “gestores” na política: um estudo sobre a mobilização da competência empresarial na carreira política em quatro biografias

Icaro Gabriel da Fonseca Engler  
*Universidade Federal de Viçosa*

### 1 Introdução

A participação de “empresários” na política brasileira não é um fenômeno recente, sendo possível identificar esta presença em diferentes momentos da história do país. Por exemplo, são comuns as notícias veiculadas pela mídia, em geral, apontando a existência e crescimento de uma “bancada empresarial”, que ocuparia uma parte significativa das cadeiras no Congresso Nacional.

Ao analisar este fenômeno, Diniz e Boschi (2004) apresentam uma estimativa de participação em torno dos 30% de indivíduos ligados a atividades econômicas nos cargos políticos em geral, durante o período de 1946 até 1999, no Brasil. No período posterior, é possível encontrar dados elaborados pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), que corroboram a estimativa dos autores (DIAP, 2018).

Nestas últimas eleições, em 2022, dados do TSE (Brasil. TSE, 2023) apontaram que o número de candidatos que declararam como ocupação a de “empresário” superou a de “advogados” pela primeira vez. Ou seja, existe um fenômeno social ocorrendo que merece uma observação das relações possíveis entre a atividade empresarial, o mercado eleitoral e o espaço político, as quais vão desde os usos simbólicos de prestígio até os usos materiais de patrimônios econômicos.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo analisar a mobilização de recursos econômicos, inclusive o discurso de uma *expertise* econômica, como forma de legitimação dentro do espaço político. Índícios desse fenômeno vêm sendo percebidos não somente pela presença de “empresários” na política, mas, e principalmente, pelo uso dessa atividade nas autodeclarações profissionais dos políticos, acompanhado de uma valorização do discurso focado na “gestão” da máquina pública.

Por outro lado, são escassos os estudos brasileiros que procuram analisar a mobilização e os usos possíveis dos recursos e posições advindas do meio empresarial para a entrada na política, tendo, geralmente, como foco a ocupação de “advogado”. Nesses termos, a problemática deste trabalho está relacionada com a possibilidade de se utilizar a competência adquirida no espaço econômico para se apresentar como candidato e se legitimar politicamente, sendo analisada através da biografia de quatro casos exemplares, tomando tanto as estratégias discursivas de apresentação, como também a atuação empresarial e as relações possíveis com a carreira política.

### 2 A atividade econômica como competência política

A entrada no espaço político pode ser explicada por diversos fatores, mas é fundamental a mobilização de um tipo de competência que se presume necessária para se desempenhar o cargo. Estas

competências podem variar com o tempo e de acordo com as configurações políticas, não ficando restritas somente ao espaço político e seus membros, mas também aos agentes externos a ele, que também procuram valorizar seus recursos e habilidades (Dulong, 1996)

Delphine Dulong é um exemplo de como estas questões estão presentes nos estudos sobre a política francesa. A autora realiza um estudo para a Vª República, abordando a reconversão da competência econômica em competência política legítima, procurando demonstrar os esforços desempenhados pelos economistas e engenheiros, detentores desse “saber”, “para transformarem suas qualidades singulares em princípios de ação pública, em qualidades universais que teriam valor na política, isto é, em normas tácitas de acesso ao *campo de poder político*” (Dulong, 1996, p. 112).

Outro exemplo é o trabalho de Nicolas Delalande (2008), colocando em questão a associação entre se atingir um sucesso econômico e ser autorizado para uma candidatura e/ou desempenho das funções públicas. Para o autor, os empresários estimam sua capacidade em produzir riqueza e o bom gerenciamento de empresas, tomando-os como indícios da capacidade de se administrar o destino da nação (Delalande, 2008).

Da mesma forma, Hamman (2008) também vai questionar se existe alguma afinidade identificável entre esses dois tipos de atividades, vinculada a recursos que seriam diretamente conversíveis, isto é, o empresário como gerente e empresário como “líder de homens”. A este respeito, existem, primeiramente, diferenças, dependendo das áreas de atividade econômica. Para o autor, a reconversão de recursos empresariais (em sentido amplo) em recursos políticos repousa sobre uma ambivalência de atributos sociais e refere-se à relatividade do valor dos capitais sociais de acordo com os contextos e períodos (Hamman, 2008).

Para um melhor entendimento o autor recorre a esta passagem de Michel Offerlé, dando ênfase para a questão das mudanças possíveis nas configurações políticas:

O mesmo atributo pode ser valorizado ou desvalorizado nesse ou naquele contexto histórico ou nessa ou naquela parte do espaço político. O mesmo atributo pode ser trabalhado (pelos políticos, seus conselheiros, seus opositores, seus biógrafos...) em certos momentos de sua carreira e ser abandonado posteriormente, ele pode sofrer reajustes, reinterpretações, reabilitações durante a carreira, no fim da carreira ou pós morte (Offerlé, 1999, p. 27).

Nesse sentido, o fato de exercer uma atividade empresarial pode deter diferentes sentidos nos distintos momentos históricos da política. Ou seja, pode ser interpretado como uma denúncia, associada à representação de interesses específicos do “empresariado” em detrimento aos interesses gerais da nação ou uma valorização da capacidade de gestão e racionalidade econômica atribuída aos “empresários” de sucesso.

Dessa forma, entra a estratégia de mobilização ou não desta posição social, pois esta categoria ocupacional permite, de uma maneira menos rigorosa ao ser comparada com as profissões, o autoposicionamento, ou seja, um “uso” como trunfo social de apresentação. Ou seja, pode ocorrer uma associação entre “ser” empresário, detendo um alto patrimônio econômico e a posse destes bens econômicos, e a dimensão simbólica de “pessoa bem-sucedida”, que “venceu na vida” (Pinçon; Pinçon-Charlot, 2007).

Da mesma forma que o seu “desuso” também merece o devido cuidado, como uma estratégia de não mobilizar esta posição e/ou fazer o “uso” de outro trunfo. Como é o caso dos agentes que detêm atividades econômicas, mas não se apresentam como empresários ou qualquer outro termo relacionado com esta ocupação, posicionando-se profissionalmente pelo diploma escolar de diversas ordens, mesmo sem nunca ter exercido a profissão (Coradini, 2001, p. 7-24).

Para além da apresentação profissional, as informações sobre as atividades desempenhadas antes da entrada na política são fundamentais, pois existe uma relação entre as profissões exercidas anteriormente e a probabilidade de se fazer uma carreira política. Por isso, é necessário se tomar a trajetória dos indivíduos para observar se o recrutamento político implica um lento ou repentino deslocamento da vida, sendo que estas mudanças dependem dos recursos sociais e da trajetória anteriormente desempenhada (incluindo os casos que não houve uma atividade anterior, pois inúmeros políticos nunca tiveram outra profissão que não a política) (Offerlé, 1999).

Por isso não se deve desconsiderar o fato que, para além dos fatores macro explicativos, o recrutamento do pessoal político baseia-se também sobre um conjunto de micromecanismos nos quais se produzem, reproduzem-se, formam-se e se deformam essas agregações de categorias profissionais (formas locais e nacionais de cooptação partidária, mudança de valores do prestígio atribuído a tal diploma ou tal profissão, tipos de mercado político sobre os quais a profissão pode ser um indicador de valor individual, ou que permite simplesmente retomar o contato com outro, de ser conhecido e reconhecido, de conhecer os eleitores) que, em última análise, se tornam os dados e fatores explicativos (Offerlé, 1999).

Este é um ponto crucial desta literatura, na qual não é a profissão em si mesma que vai determinar uma passagem para a política, como se houvessem afinidades mecânicas entre, por exemplo, a profissão de advogado e os cargos públicos. O que importa aqui são os patrimônios de recursos adquiridos no decorrer desta trajetória profissional, da mesma forma que as redes de relações tecidas nesses períodos. Esse conjunto de informações é fundamental para compreender a inserção no espaço político, mais do que a declaração profissional em si mesma.

É neste sentido que está ancorada a questão da entrada de “empresários” na política, ou seja, o quanto é custoso ou não, o quanto é utilizado ou não e, por isso, o quanto é legítimo ou não mobilizar estes recursos obtidos em sua trajetória no espaço econômico. Contudo, da mesma forma que existe a estratégia do agente, também existe a configuração da política em um período específico, onde em momentos de “crise” institucional, com a presença da negação da política, este espaço pode estar mais aberto a elementos externos a ele.

Em termos gerais, quanto maior a autonomização dos espaços sociais, maior seriam os custos de conversão e reconversão de recursos entre eles, onde estas transformações se configurariam em uma *estratégia de reprodução* que está ligada com a lógica de “mudar para conservar”. Por outro lado, se esses limites são mais fluidos, existe uma grande possibilidade desses deslocamentos entre diferentes espaços serem mais frequentes e, com isso, se ocupar diferentes posições de forma simultânea. Assim, esta multiplicidade de posições que um agente pode ocupar se torna um importante indicador geral de poder dentro da superfície social, onde se tem a concentração de um volume com a diversificação da estrutura dos recursos sociais (Boltanski, 1973; Bourdieu, 1989, p. 371-427; Saint-Martin, 2008).

Os grupos de elite tendem a acionar diferentes estratégias de reprodução, procurando manter ou melhorar sua posição e de seus filhos na estrutura social. Assim são formadas verdadeiras dinastias caracterizadas pelo acúmulo de diferentes espécies de capital: econômico, cultural, social e simbólico. Mas não é possível limitar o estudo desses grupos somente ao capital econômico, uma vez que essa fortuna é multidimensional e existe uma estratégia familiar muito presente para que esse conjunto de capitais seja transmitido para seus descendentes (Saint-Martin, 2008).

Nesse quadro, a entrada no espaço político deve ser considerada como uma estratégia de diversificação de recursos e posições sociais, ou seja, um mecanismo de reprodução social. Entretanto, não existe *a priori* uma passagem direta, mecânica ou “natural” de determinados indivíduos para a *política*. Dessa forma, a entrada no espaço político é o resultado de um processo de mobilização bem-sucedida de recursos sociais, que podem ter sido herdados ou adquiridos no decorrer da trajetória social e profissional, que são valorizados social e politicamente, tanto na apresentação para os eleitores, como candidato angariando votos, como também para o próprio espaço político, entre os seus pares e profissionais da política (Dulong, 1996; Levequé, 1996; Mathiot; Sawicki, 1999a, 1999b; Offerlé, 1999).

### 3 Desenho da pesquisa

Isso posto, este trabalho tem dois objetivos principais: i) demonstrar a valorização de uma competência econômica associada a um discurso de “gerenciamento” dentro do espaço político brasileiro e ii) relacionar este “trunfo” com os recursos sociais de origem familiar e trajetória profissional anterior à candidatura política. Ambos os objetivos trazem como pano de fundo um questionamento do espaço político em relação a sua autonomia, pois, como foi colocado anteriormente, se existe a possibilidade da legitimação política através de recursos associados ao espaço econômico, é possível apontar para a existência de uma intersecção entre diferentes espaços sociais no Brasil.

Para atingir estes objetivos propostos, foi utilizado como recorte de pesquisa as últimas três eleições municipais (2012, 2016 e 2020), selecionando os candidatos que foram eleitos para o cargo de prefeito nas capitais de cada unidade da federação, que declararam ao TSE a ocupação/profissão de “empresário” ou seja, que também estavam associados com a atividade empresarial, podendo fazer algum “uso” estratégico dessa posição econômica.

O recorte da eleição para o Executivo foi devido a uma das questões norteadoras da pesquisa, que era identificar um possível discurso de “gestão”, que está muito mais presente nesses cargos do que para os cargos do Legislativo. Em segundo lugar, o recorte de prefeitos foi no intuito de acompanhar possíveis progressões na carreira política, no sentido de cargos eletivos posteriormente ocupados.

Sendo assim, o universo de pesquisa foi composto dos quatro casos que seguem: 1) Alexandre Kalil, eleito prefeito de Belo Horizonte (MG); 2) Carlos Amastha, de Palmas (TO); 3) Hildon Chaves, de Porto Velho (RO); por último 4) João Dória, de São Paulo (SP).

Por se tratar de um número reduzido de indivíduos, optou-se por realizar um estudo de caso, tendo como maior ganho a possibilidade de aprofundamento, tomando as particularidades das

características de cada um deles. Apesar das restrições e dos cuidados que essa forma de investigação exige nas generalizações, os casos aqui selecionados são aparentemente típicos e representativos de outros casos análogos, possibilitando achados e comparações futuras com análises mais gerais (Laville; Dionne, 1999).

A primeira parte da pesquisa foi uma coleta nos principais jornais do país e de cada localidade sobre as apresentações dos candidatos em situações públicas, procurando identificar se existiu um foco nas suas competências enquanto empresários, associadas a uma capacidade de “gestor” da política. Ou seja, se os próprios candidatos fizeram um “uso” estratégico da atividade econômica prévia, como tentativa de mobilizar estes recursos como competência política ao se apresentarem ao eleitorado.

Em seguida, foram coletadas as informações sobre a origem social e trajetória profissional desempenhada, procurando apreender os recursos disponíveis para cada um destes casos, bem como a posição social anterior ao sucesso eleitoral. As principais variáveis mobilizadas foram: recursos familiares, escolaridade, atividades empresariais exercidas e declaração de patrimônio econômico.

Por último, foram coletados os dados referentes à carreira política até estas últimas eleições de 2022, tomando as informações sobre a primeira candidatura, a primeira eleição, os cargos eletivos, filiação partidária e financiamento de campanha, incluindo candidaturas que não obtiveram êxito eleitoral, como forma de se apreender possíveis deslocamentos, abandonos e progressões dentro das estratégias políticas e eleitorais.

As informações coletadas sobre os casos serão expostas de modo biográfico de forma separada para cada um, procurando demonstrar a origem de recursos sociais e familiares, a trajetória e a atuação empresarial e a construção da carreira política a partir dessa posição social anterior. Sendo assim, o foco não é as interpretações dos próprios indivíduos sobre si mesmos como forma de explicação, muito menos na construção de uma sucessão lógica de acontecimentos intencionais por eles, mas sim uma análise sócio-lógica de como se constroem essas biografias, da mesma forma que são mobilizados os recursos sociais disponíveis.

Os resultados apontam para um fortalecimento de um discurso de negação da política, valorizando, assim, uma lógica de se fazer política como “gestão” de recursos públicos, associada a uma competência empresarial ou econômica da figura do “*manager*”. A partir dessa configuração política, é possível demonstrar um “uso” estratégico de recursos advindos do espaço econômico, como forma de legitimação de candidaturas e de competências para se desempenhar os cargos políticos. Sendo que, a capacidade de mobilização desses recursos, está condicionada a origens e trajetórias sociais específicas, sendo mais bem-sucedidas conforme a posição social global mais elevada de cada agente. Por último, é importante destacar que a posição e os recursos econômicos não garantem de forma mecânica o sucesso eleitoral, apontando para disputas próprias do espaço político, nas quais o “ter dinheiro” não é o suficiente.

#### **4 Do Futebol para a prefeitura de Belo Horizonte: Alexandre Kalil**

Alexandre Kalil, neto de imigrantes sírios, nasceu em 25 de março de 1959, na cidade de Belo Horizonte, tem como principais atividades já desempenhadas a de empresário e dirigente esportivo.

Kalil não chegou a completar a faculdade de Engenharia Civil, mas isso não o impediu de trabalhar no ramo da construção, assumindo a Erkal Engenharia, fundada por seu pai (Elias Kalil) e seu tio (Roberto Kalil) em 1965. Esta empresa é especializada em infraestrutura rodoviária, urbana, civil e industrial. Tendo executado obras de grande porte, principalmente em projetos de construção e recuperação de estradas de rodagem, plataformas para instalações industriais e mineradoras, barragens, aeroportos, vias urbanas e obras rodoviárias. Tendo como seus principais clientes, de acordo com o próprio site da empresa, a Prefeitura de Belo Horizonte, para quem executou durante seis anos os serviços de limpeza urbana; o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER-MG); o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT); a MBR construções, responsável por diversas obras públicas em Minas Gerais; a Vale do Rio Doce; e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO).

Além da Erkal Engenharias, são patrimônios de Kalil: as empresas Fergikal, que também atua no ramo da construção civil, e Alka, especializada em locação de máquinas e equipamentos para a construção civil. No seu patrimônio constam também outros bens de valor, como: apartamentos, casas, terrenos, lojas comerciais, veículos e embarcações. O valor mais alto do total de bens chega a R\$4.305.995,27, declarado ao TSE na eleição de 2014, já na última eleição, de 2022, o total da declaração é de R\$3.652.820,88.

A família Kalil também pode ser caracterizada pela sua atuação como dirigente esportivo. Elias Kalil foi presidente do Clube Atlético Mineiro de 1980 a 1985, nestes seis anos foi campeão mineiro cinco vezes e também foi responsável por iniciar as obras da “Cidade do Galo”, centro de treinamento futebolístico do clube. Nesta mesma época, nomeou seu filho, Alexandre Kalil, como diretor de voleibol do clube, de 1980 até 1983, conquistando sete títulos, modalidade hoje extinta. Mais tarde, já em 1999, Kalil vai assumir o Conselho Deliberativo do Atlético Mineiro, sendo reeleito em 2004 para o cargo. Em 2008 venceu a eleição para a presidência do clube, exercendo o cargo até 2014. Durante o seu mandato, foi o responsável pela contratação de Ronaldinho Gaúcho e o time conquistou o título inédito da Libertadores da América em 2013, dando visibilidade ao clube e à sua gestão.

Na vida político-partidária, Kalil se filiou ao PSDB em 2001, permanecendo por 12 anos na legenda. Durante esse período foi um dos apoiadores do governo estadual de Aécio Neves (2003-2010). Nas eleições de 2010 foi apoiador de Antonio Anastasia (PSDB) para o governo de Minas Gerais. Já em 2012, vai apoiar a reeleição de Márcio Lacerda (PSB) para a Prefeitura de Belo Horizonte e, com o apoio de Eduardo Campos (PSB-PE), Kalil se filiou ao PSB no final de 2013. Nas eleições de 2014, Kalil lança a sua candidatura a deputado federal pelo PSB, mas declara apoio aos candidatos do PSDB no estado, fomentando uma divergência dentro do partido. Por fim, Kalil não só desistiu da candidatura, como também se desfilou do PSB ainda em 2014, declarando: “eu não vou ser mais candidato a deputado federal. Eu quero dizer que isso me dá um alívio muito grande, isso me tranquiliza, isso dá leveza no meu coração. Porque eu não nasci para ser político, eu nasci para ser presidente do Atlético” (Cipriani; Souto, 2016).

Em março de 2016 se filia então ao PHS, já sendo cotado como candidato a prefeito. Na ocasião, afirmou: “não sou político, mas sou um gestor e gosto de ver meu povo alegre. Minha melhor recompensa era ver minha torcida alegre e, a partir do momento que acontecer alguma coisa, a torcida passa a ser o povo de BH” (Cipriani; Souto, 2016).

Já em julho, como pré-candidato oficial, ao ser questionado sobre ser o político menos experiente na disputa, respondeu que “não. Até que dos candidatos sou o mais experiente. Já geri, não tive chefe, fui o cargo máximo e eles não foram. Nunca tive a quem recorrer, ninguém acima de mim. Então, de todos, sou o mais experiente em gestão. Posso não ter experiência política e nem quero ter. Não sou candidato a político, sou candidato a prefeito de BH. Isso não tem nada a ver com política” (Cipriani, 2016).

Com a coligação intitulada “Pra BH Funcionar”, composta do PHS, Rede e PV, no primeiro turno ficou em segundo lugar, atrás do candidato do PSDB, com 26,56%. Contudo, as pesquisas de segundo turno indicavam Kalil em primeiro lugar. Não se aproximando e mantendo críticas tanto ao PT, do governador Pimentel, quanto ao PSDB, do senador Aécio Neves, Kalil manteve o discurso de negação a política e de que não seria político, tomando um posicionamento de terceira via.

Ao saber da sua vitória eleitoral, declarou: “acabou coxinha, acabou mortadela. O negócio agora é quibe” (“Acabou...”, 2016), fazendo uma alusão entre a disputa direita contra esquerda, que na esfera partidária se materializa na relação PT x PSDB e fazendo referência a sua origem síria. A campanha de Kalil foi a quarta mais cara, dos 11 candidatos que disputaram a Prefeitura de BH. Ao todo, foram captados em torno de R\$ 3,5 milhões de reais, sendo que 69,43% desse valor vieram de doações do próprio candidato e de seu vice, Paulo Lamac (Rede).

Kalil não concorreu a nenhum cargo nas eleições de 2018, tentando a sua reeleição nas eleições de 2020, agora filiado ao PSD. O valor desta campanha foi bem mais alto que a do primeiro sucesso eleitoral, onde as suas receitas chegaram a, aproximadamente, R\$ 5,8 milhões. Contudo, diferentemente de 2016, quase a totalidade (99,62%) desse valor foi custeado por diretórios partidários, utilizando o fundo especial ou partidário. Foi eleito em primeiro turno, com 63,36% dos votos válidos, junto com seu Vice-Prefeito, Fuad Noman, também do PSD. A chapa era composta, além do PSD, pelo MDB, PP, PV, DC, Avante e PDT.

Em 2022, ainda como prefeito de Belo Horizonte, candidata-se para o cargo de governador de Minas Gerais. Na campanha, foi apoiado pelo candidato vitorioso à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, contudo, Kalil não obteve sucesso, perdendo no primeiro turno para Romeu Zema, do Partido Novo, que tentava a sua reeleição para o governo do Estado, que obteve 56,18% dos votos válidos.

Alexandre Kalil, mesmo detendo atividades empresariais ligadas a órgãos públicos, teve como foco da mídia a sua gestão como Presidente do Atlético Mineiro, exaltando a contratação do jogador Ronaldinho Gaúcho, a conquista inédita da Taça Libertadores e o controle das dívidas do clube. É com base nessa atividade que ele vai se apresentar como o “mais experiente” dos candidatos. Sendo que essa ligação com o clube vem de uma herança familiar, pois seu pai também ocupou o cargo de Presidente do Atlético.

Sua primeira campanha é marcada pela utilização de recursos próprios, seus e de seu vice, que representaram quase 70% das receitas. Ao procurar a reeleição para o cargo de prefeito, esse financiamento se altera, recebendo quase a totalidade da receita de campanha pelas vias de doações partidárias, apontando um investimento do partido na sua candidatura e uma aposta no seu sucesso eleitoral. Mesmo assim, esse capital político adquirido no tempo à frente da prefeitura da capital de Minas Gerais, não foi o suficiente para elegê-lo governador, nas eleições de 2022.

## 5 Um empresário de esquerda: Carlos Amastha

Carlos Enrique Franco Amastha, nasceu em Barranquilla, cidade no norte da Colômbia, no dia 29 de dezembro de 1960. Sua principal ocupação é a atividade de empresário e foi eleito por dois mandatos consecutivos para a prefeitura de Palmas. A mãe de Carlos Amastha era filha de imigrantes palestinos e trabalhava como dona de casa. A família paterna era ligada à medicina na cidade de Cartagena, também no norte da Colômbia. Tanto seu pai quanto seus tios eram médicos e atuavam em hospitais na cidade e na Universidade de Cartagena. Seu avô também foi prefeito da cidade.

Amastha começou a trabalhar por volta dos 17 anos, em uma multinacional argentina que vendia cursos de inglês. Na mesma época começou a cursar Engenharia de Produção, mas se mudou, a convite da empresa, para a cidade de Lima no Peru, abandonando a universidade após dois anos e meio. Aos 22 anos, também pela empresa, é transferido para o Brasil, morando primeiramente em Curitiba (PR), onde conheceu sua esposa, Glô Amastha, e em 1999 se muda para Palmas.

Uma das suas principais atividades empresariais é no ramo da educação. No início criou sua própria empresa de cursos de inglês em 1986, mas é em 1999 que vai fundar a Educon S/A, em parceria com Luiz Carlos Borges da Silveira, político paranaense que já havia exercido mandatos de deputado federal e o cargo de Ministro da Saúde no governo José Sarney. A empresa atua com educação à distância no Brasil, com sede na cidade de Curitiba, tendo convênios com a Faculdade Educacional da Lapa (FAEL) e com a Universidade Estadual do Tocantins (Unitins).

Esta empresa foi envolvida em diversas denúncias e investigações ao longo do tempo. Por exemplo: em 2008, alguns dos seus polos foram fechados pelo Ministério da Educação (MEC) (Garcia; Milan, 2008), e em 2011 também foram acionados pelo Ministério Público Federal (MPF) (MPF/PB..., 2011). Desde 2009 a empresa também atua em Bogotá, capital da Colômbia, com o nome de Edupol S/A.

A sua outra atividade empresarial de destaque é no ramo de shopping center, estando à frente da Skipton S/A, uma incorporadora e administradora com sede em Curitiba (PR) e com escritório em Florianópolis (SC). O primeiro shopping construído pelo grupo foi em Maringá, em 1996; em 2006 é inaugurado um estabelecimento em Florianópolis e no ano seguinte, em Palmas. O estabelecimento da capital catarinense chegou a ser investigado em uma operação da Polícia Federal, a “Moeda Verde”, que apurava práticas de corrupção para a obtenção de licenças ambientais. Amastha seria suspeito de ter financiado campanhas de políticos em troca das licenças para a construção do Shopping (Bastos, 2012).

Em 2014, a Skipton S/A também passou a investir no ramo hoteleiro, ganhando a licitação para a construção de Hotel no aeroporto de Cumbica, em Guarulhos (SP), e de Viracopos, em Campinas (SP) (Valim, 2014).

Nas eleições de 2012, Amastha foi considerado o quarto candidato a prefeito mais rico do Brasil (Fernanda, 2012b), com um patrimônio declarado ao TSE de aproximadamente R\$ 18,1 milhões de reais. Constando como bens, além das ações da Edupol e das quotas do shopping em Palmas, dois terrenos, uma casa em construção, quatro veículos, quotas em empresa de assessoria e consultoria, bem como em empresa de administração e participação de bens, outras aplicações e a posse de R\$ 2 milhões de reais em espécie. Nas eleições de 2016, seu patrimônio era de aproximadamente R\$ 21 milhões de reais, constando vários valores a receber de pessoas, a maioria delas familiares, como a esposa e



filhos. Também constavam nesta declaração de 2016, valores a receber da Skipton S/A e ações da Edupol S/A (Colômbia).

Ao que tudo indica, devido a sua carreira política, Amastha quis desvincular seu nome a certas atividades empresariais. Assim, logo depois de ser eleito, anunciou a venda do shopping em Palmas, declarando que queria se dedicar à carreira política (Santos, 2012b). Contudo, sua esposa e sua filha ainda estão relacionadas no quadro de sócios da Skipton. Antes disso, em 2009, Amastha já teria vendido sua parte na Educon S/A para o seu sócio Júlio César Algeri, ficando apenas com a empresa na Colômbia.

O primeiro partido a que Amastha se filiou foi o Partido Verde (PV), em setembro de 2009, sendo elogiado pelo presidente estadual da sigla, Marcelo Lelis (Empresário..., 2009). Exatamente dois anos depois, vai se filiar ao Partido Progressista (PP), sem assumir publicamente a sua possível candidatura para a prefeitura de Palmas, mas já sendo apontado pelo partido como um nome viável, de acordo com o deputado federal Lázaro Botelho (PP-TO): “Amastha tem uma visão empresarial importante para ajudar o desenvolvimento da cidade de Palmas” (Cotrim, 2011).

Em dezembro de 2011, passou a ser o candidato oficial do PP à prefeitura de Palmas e se tornou o Presidente Metropolitano do partido. Na ocasião, fez uma declaração se colocando como uma terceira via: “eu não sou contra ninguém, eu só tenho uma bandeira que é por e com Palmas” (Bastos, 2011).

No decorrer de sua campanha eleitoral defendeu um discurso de novidade, declarando: “entendo que a missão empresarial que cumpro é de fazer transformação” (Fernanda, 2012a). Em seus discursos também aproveitava para falar de empreendedorismo e afirmou: “sou um empresário de esquerda” (Santos, 2012a). No dia das eleições, ao ser questionado sobre sua capacidade em comandar a prefeitura, disse: “acho que a minha experiência empresarial, de vida, de homem, de pai, de amigo, me credencia, com folga, para assumir esta responsabilidade” (Colombiano..., 2012).

Amastha foi eleito com 49,65% dos votos, pois em Palmas não há segundo turno. Sua campanha captou um pouco mais de R\$ 4 milhões de reais, sendo que 77% deste valor vieram de recursos próprios. Além do PP, partido de Amastha, a coligação intitulada “Um Novo Caminho é Possível”, contava também com o Partido Popular Socialista (PPS), do candidato a vice-prefeito, e com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Com a vitória, Amastha se tornou o primeiro estrangeiro a ser eleito prefeito de uma capital brasileira.

Nas eleições de 2016, foi reeleito para o cargo de prefeito de Palmas, com 52,38% dos votos. Dessa vez concorrendo pelo PSB, na coligação “Palmas bem cuidada”, que também era composta pelo PMN, PSL, PTB, PTC, PCdoB, PRP e PSDB, partido da candidata a vice-prefeita, Cinthia Ribeiro. O total de recursos recebidos foi de aproximadamente R\$ 4,8 milhões de reais, sendo que 91,13% desse montante proveio de recursos do próprio candidato.

Em março de 2018, o então governador de Tocantins e sua vice-governadora, Marcelo Miranda (MDB) e Cláudia Lelis (PV), foram cassados pelo TSE por arrecadação ilícita de recursos na campanha de 2014. O Tribunal também determinou que eleições suplementares diretas fossem realizadas para um mandato até o final do ano (TSE..., 2018).

Então, em abril de 2018, Carlos Amastha renunciou ao mandato de prefeito para concorrer nestas eleições suplementares. O apoio a sua candidatura foi alvo de disputas políticas, envolvendo o

Partido dos Trabalhadores, pois a decisão do Diretório Estadual desse partido era de apoiar Amastha e indicar o seu vice. Entretanto, o Diretório Nacional do partido revogou essa decisão, orientando que o apoio fosse da candidata Kátia Abreu (PDT) (Rodrigues; Xavier, 2018). Apesar dessa decisão, Kátia Abreu não incluiu o PT em sua chapa, tendo como vice Marco Antônio Costa, do PSD (Xavier, 2018). Após estes embates, Amastha registra sua candidatura tendo como vice Célio Moura, do PT. A chapa ficou em 3º lugar, obtendo 22,41% dos votos válidos, e à frente de Kátia Abreu.

Nas eleições regulares de 2018 se candidatou novamente, agora tendo como vice Oswaldo Stival, do PSDB. O total de recursos arrecadados foi de aproximadamente R\$ 4,8 milhões, onde 74,75% desse valor foram de recursos próprios dos candidatos. Atingiu o segundo lugar, obtendo 31,19% dos votos válidos e sendo derrotado em primeiro turno para Mauro Carlesse (PHS), que já havia vencido as eleições suplementares do mesmo ano.

Em 2022, candidata-se para a vaga do Senado, por Tocantins, ficando na 3ª posição com 12,83% dos votos válidos. Essa é a primeira campanha de Amastha em que as doações de partidos representam a principal fonte de arrecadação, representando 56,9% dos, aproximadamente, R\$ 2,7 milhões de receita.

Para Carlos Amastha, a estratégia foi se apresentar como um homem popular, mas como era conhecido de todos a sua relação com o único shopping center de Palmas, utilizou do discurso de “empresário de esquerda”. Procurou enfatizar o empreendedorismo como causa social, alegando que, além de gerar empregos e renda, também seria possível aliar o desenvolvimento econômico com causas sociais. Como no caso da apresentação de sua empresa de ensino à distância, dando destaque por proporcionar o acesso ao ensino superior para pessoas que não tinham.

Suas duas campanhas para a prefeitura de Palmas tiveram como principal fonte seus recursos próprios, sendo que a sua doação representou mais de 90% da receita para a sua reeleição ao cargo. Mesmo nas campanhas para o governo do Tocantins, a principal receita continua sendo de recursos próprios. Somente a sua candidatura ao Senado, em 2022, que vai contar como principal fonte de receita as doações partidárias. Como não foi eleito, atualmente, não desempenha nenhum cargo político.

## 6 O Dória de Porto Velho: Hildon Chaves

Hildon de Lima Chaves, nasceu em Recife, capital de Pernambuco, no dia 25 de maio de 1968. Suas principais ocupações já desempenhadas são as de promotor de Justiça e empresário. A família de Hildon Chaves, considerada de classe média, morou em Recife até 1987, quando se mudou para Curitiba (PR), cidade onde Hildon concluiu o ensino médio e se formou em Direito, em 1992, com 24 anos. Neste mesmo ano, foi aprovado em um concurso público para promotor de Justiça do Estado de Rondônia, tomando posse em agosto. Iniciou sua carreira na cidade de Vilhena (RO), que faz divisa com o Mato Grosso, considerada o “Portal da Amazônia”. Seguiu atuando em outras cidades do interior, como Pimenta Bueno, Ariquemes e Cacoal, até que, em maio de 1998, foi promovido para a capital Porto Velho. Na cidade atuou no Primeiro e no Segundo Tribunal do Júri, na Vara de Execuções Penais e, por último, na Promotoria de Defesa da Saúde. Em 2013 pediu exoneração do cargo de promotor para dedicar-se a sua atividade empresarial no ramo da educação (Mattos, 2016a).

Dentre suas atividades empresariais, está o Grupo Athenas Virtual, que foi criado em 1999 em Pimenta Bueno, cidade vizinha a Vilhena e que fica a 518 km de Porto Velho, por Hildon Chaves e sua esposa, Ieda Chaves. Começaram montando uma Faculdade a partir de um colégio existente na cidade, sendo que, atualmente, o grupo educacional tem aproximadamente 10 mil alunos, atendendo os estados do Acre, Rondônia e Mato Grosso, sendo o responsável por cinco faculdades e cinco polos de ensino a distância (Crise..., 2016).

Nas declarações de bens entregues por Hildon ao TSE, nas eleições de 2016 consta como patrimônio total aproximadamente R\$ 11,2 milhões de reais e nas eleições de 2020, aproximadamente R\$ 20,3 milhões, sendo apontado como o candidato mais rico à prefeitura de Porto Velho (Braga, 2016). Nestas declarações aparecem quotas de capital de diversos centros educacionais, que também são compartilhados com sua esposa. Além dessas empresas, constam também: uma casa, dois apartamentos, três terrenos, duas embarcações (uma lancha e um jet ski), um carro da marca BMW e uma aeronave.

Seu cargo como promotor, exercido concomitante com o de sócio das empresas educacionais, acarretou problemas e até mesmo punições. A primeira que se tem registro foi em 2012, em que Hildon foi alvo de sindicância instaurada pela Corregedoria do Ministério Público, para apurar se suas ações vinham a confundir a atividade pública com a privada. Em 2013 houve um novo processo na Corregedoria, resultando em uma censura, que é aplicada quando há reincidência em falta já punida com advertência (Mattos, 2016b).

Uma última polêmica, que inclusive foi utilizada durante a campanha de 2016 pelos seus adversários, foi quando a Sociedade Pimentense de Educação, oficialmente administrada por sua esposa, mas que Hildon aparece como sócio, firmou contrato com a Secretaria de Saúde de Rondônia (Sesau), no mesmo período em que ele era promotor de Justiça. Sendo assim, ao desempenhar a sua função, poderia se ver obrigado a fiscalizar a atuação da sua própria empresa, configurando um conflito de interesses (Mattos, 2016a).

Hildon se filiou ao PSDB em 2013 (Francis, 2016). Em 2015 é eleito para o cargo de tesoureiro-adjunto do Diretório Estadual de Rondônia (Conheça..., 2015). Sua candidatura à prefeitura de Porto Velho foi confirmada na convenção do partido realizada em 23 de junho de 2016, conjuntamente com o seu vice, Edgar Tonial, do PSDC (Morais, 2016). Sua campanha foi marcada pela tentativa de se diferenciar dos demais candidatos, apresentando-se como um candidato novo, uma “renovação política”.

Em uma de suas declarações, endereçou suas críticas aos políticos tradicionais de Rondônia: “sendo eleito, eles sabem que vou dar um fim a décadas de farra com o dinheiro público”. Tanto a mídia, quanto a sua campanha, utilizou comparações com o candidato à Prefeitura de São Paulo, João Dória, do mesmo partido que Hildon, sendo chamado de “Dória de Porto Velho” (Batalha, 2016). Principalmente por causa do discurso antipolítico e de outsider: “eu nunca fui político. A mesma indignação que as pessoas têm com a classe política eu também tenho. Até alguns dias antes de ser candidato, eu era mais um eleitor do Brasil com as mesmas frustrações, indignações e revolta com a classe política. Só que para mudar a política alguém tem de se candidatar” (Mattos, 2016a). Também procurou aliar esse discurso com o de experiência como gestor: “a administração pública não difere muito da privada no que concerne aos princípios da administração. O que vale para uma, vale para a

outra, mudam apenas os regramentos legais” (Terenzi, 2018).

Ao todo, a campanha de Hildon arrecadou aproximadamente R\$ 2,2 milhões de reais, sendo que 76,65% deste valor representam recursos doados pelo próprio candidato. Na apuração do primeiro turno, Hildon recebeu 27,2% dos votos, ficando em primeiro lugar e vencendo o 2º turno, com 65,15% dos votos válidos.

Nas eleições de 2020, candidatou-se à reeleição, tendo como vice Maurício Carvalho, também do PSDB. A coligação contava também com PSD, PL e o antigo DEM. No primeiro turno, Hildon obteve o primeiro lugar, com 34,01% dos votos válidos, sendo eleito em segundo turno, com 54,45% dos votos válidos. A campanha de 2020 foi bem mais barata, arrecadando aproximadamente R\$ 1,5 milhão, sendo que a fonte principal de recursos foi a partidária, representando 42,38% desse valor. Mesmo assim, é importante destacar que Hildon e sua esposa, Ieda, também realizaram doações para a campanha, sendo que este valor somado representa 38,26% das receitas totais.

A trajetória de Hildon possibilitou que ele utilizasse tanto a sua ocupação como promotor de Justiça, relacionada a atividades de fiscalização do bem público, como a sua carreira empresarial, que se deu no ramo da educação. Além disso, começou a ser comparado com João Dória, também candidato em 2016. Isso rendeu na mídia a alcunha de “Dória de Porto Velho”, pois ambos eram reconhecidos por suas carreiras empresariais, um discurso antipolítica e focado na gestão, até aí semelhante aos outros dois casos anteriores, mas tanto Hildon quanto Dória são filiados ao PSDB, o que permitiu o uso dessa associação durante a campanha eleitoral do candidato de Porto Velho.

Sua primeira campanha, como a dos dois últimos casos apresentados, também tem como principal receita os seus recursos próprios, que representaram um pouco mais de ¼ do montante. Ao procurar a sua reeleição para o cargo, em 2020, as doações partidárias acabaram sendo a principal fonte (42,38%), contudo, se forem consideradas as doações do próprio candidato e de sua esposa como recursos próprios, isso representaria 38,26% da receita, sendo a segunda principal fonte, logo atrás da partidária. Hildon ainda ocupa o cargo de prefeito de Porto Velho, não tendo se candidatado em nenhuma outra disputa eleitoral.

12

### 7 O Gestor que não é político: João Dória

João Agripino da Costa Dória Júnior, nasceu em São Paulo, capital, no dia 16 de dezembro de 1957. Sua principal atividade é como empresário dos ramos de jornalismo e publicidade. As origens de sua família, os Costa Dória, remontam ao período colonial, tendo chegado ao Brasil em 1549. Seus membros, no decorrer da história, foram senhores de engenho, militares, políticos e intelectuais na Bahia, e, mesmo os seus antepassados europeus, já eram considerados de famílias tradicionais, com importantes funções e posições em Portugal e na Itália.

Ao tomar os familiares mais próximos de Dória Júnior, é possível identificar membros importantes, como seu bisavô paterno, João Agripino da Costa Dória, filho de senhores de engenho, era médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia e foi vereador em Salvador, chegando a exercer por dois meses a Prefeitura da capital baiana. Sobre seu avô paterno, Nelson da Costa Dória, existem poucas notícias, talvez pela sua morte precoce aos 37 anos (Pitombo, 2016), mas a sua avó paterna era Maria Geraldina de Oliveira Dória, pertencente à tradicional família Barbosa de Oliveira, descendente

do padre jesuíta Antônio Vieira e prima do jurista baiano Rui Barbosa (FGV-CPDOC, 2023; Cordeiro, 2017).

De qualquer forma é a trajetória de seu pai que merece um destaque. João Agripino da Costa Dória Neto, atuou como redator e jornalista em Salvador. Em 1942, transferiu-se para o Rio de Janeiro, então distrito federal. Continuando com a atividade jornalística, em 1944, foi redator da “Standard Propaganda S.A”, em 1945 foi nomeado diretor da empresa na filial de São Paulo e, em 1948, diretor vice-presidente. Foi neste período que ele criou o dia dos namorados, no Brasil, escolhendo a data de 12 de junho, por questões comerciais. Em 1951, vai deixar o cargo para assumir a presidência da sua própria empresa, a “Doria Associados Propaganda”.

A frente do grupo, vai iniciar uma trajetória pioneira no marketing político, começando pela campanha de Cid Sampaio para o Governo de Pernambuco, em 1958. Dois anos depois, na convenção da União Democrática Nacional (UDN), criou o slogan de Juracy Magalhães, candidato à Presidência da República que estava disputando o posto com Jânio Quadros (Abreu; Paula, 2007). Em 1961, filiou-se ao Partido Democrata Cristão (PDC) e nas eleições de 1962 se elegeu suplente de deputado federal pela Bahia, assumindo o mandato em 1963. Com o golpe em 1964, tem seu mandato cassado pelo AI-1 e se exila em Paris, retornando ao Brasil somente 10 anos depois.

Maria Sylvia, mãe de Dória Junior, também vai com os filhos para Paris em 1964, contudo retornam dois anos depois. De volta ao Brasil, ela abriu uma pequena fábrica de fraldas de pano, época em que a família não desfrutava mais da mesma posição econômica de outros tempos, devido ao exílio do marido. A situação financeira da família só vai se estabilizar com o retorno do pai de Dória Júnior, que retoma suas atividades, montando a empresa “Pro-Service Editora” e inaugurando no Brasil o “Instituto Mind Power” (FGV-CPDOC, 2023).

Esse é o contexto familiar de João Dória Júnior, que voltará a ser referenciado somente como Dória, no restante do trabalho. Assim, em 1975, enquanto cursava comunicação social na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), assumiu uma diretoria na antiga TV Tupi de São Paulo. Em seguida, também vai trabalhar na Bandeirantes até se tornar diretor da agência de publicidade MPM, uma empresa tradicional do ramo, na mesma época em que concluiu o ensino superior. Durante a década de 80 continuou trabalhando com publicidade, chegando a fundar sua própria agência, a DLS (Dória, Lara e Stalimir), e também foi sócio da Voice, uma empresa de relações públicas (João..., 2016a).

Apesar de Dória ter sido candidato pela primeira vez nas eleições de 2016, sua relação com o poder público é de muito antes. Nos mesmos anos 80, o governador de São Paulo, Franco Montoro, amigo pessoal de seu pai, indica Dória para chefiar a secretaria e a empresa municipal de turismo (Paulistur), na gestão do prefeito Mário Covas (1983-1985) (Leite, 2017). Em seguida, foi nomeado presidente da Embratur e do Conselho Nacional de Turismo, durante o governo de José Sarney (1986-1988), encampando a criação do dólar turismo e apostando em campanhas para vender a imagem do Brasil no exterior (Ferraz; Leite, 2017).

Em 1992 fundou o Grupo Dória, que é composto de sete empresas com atuações diversificadas, que vão desde a organização de eventos até a edição de 19 revistas. Uma delas, a *Caviar Lifestyle*, destinada ao consumo de bens de luxo, teria recebido, junto com outras três publicações do grupo, R\$ 1,5 milhão em verbas de publicidade do governo Alckmin (Aragão, 2015).

Outra empresa do grupo, que merece destaque, é o “Grupo de Líderes Empresariais” (LIDE),

criado em 2003 e que reúne 1.700 empresas que correspondem a mais de 50% do PIB, de acordo com o próprio Dória. O modelo de negócio da Lide é baseado em permuta e patrocínio, vendendo cotas de patrocínios para as empresas, que em troca ficam associadas ao grupo ou qualquer outro evento promovido (Ferraz; Leite, 2017). Estes eventos do Grupo são conhecidos por promover encontros de executivos importantes com políticos e autoridades, sendo criticados e elogiados por este feito. De acordo com um empresário, entrevistado pela Revista Piauí, uma cota pode custar mais de R\$ 2 milhões de reais, sem contar a anuidade simbólica de R\$ 10 mil reais e, para enviar um executivo em um evento internacional, o custo pode chegar a R\$ 200 mil reais (Dualibi, 2016).

Além destas atividades, no final da década de 80 e início de 90, Dória iniciou a sua carreira televisiva por meio do contato que manteve com a Bandeirantes, estreando o programa “*Sucesso*”, sendo um dos seus entrevistados o empresário Malcolm Forbes, editor da Revista Forbes. Em seguida, apresentou um talk show com empresários e personalidades do mundo econômico, chamado *Show Business*. Também apresentou o programa de entrevistas *Face a Face*, voltado a celebridades, no canal BandNewsTV. Ao começar a campanha para a prefeitura de São Paulo, Adriane Galisteu assumiu o programa e, em seu programa de estreia, entrevistou o próprio Dória. Ainda em seu currículo, foi o anfitrião de duas edições do reality show “*O Aprendiz*”, na Record, em 2010 e 2011. Este é o mesmo programa que Donald Trump apresentava nos EUA e, de acordo com Dória, fez ele se aproximar das classes mais baixas (Dualibi, 2016).

O patrimônio declarado de Dória ao TSE, em 2018, é de quase R\$ 190 milhões, sendo o candidato mais rico nas duas eleições que disputou (2016 e 2018). Além das empresas ligadas ao Grupo Dória, estão entre seus demais bens: quatro casas, sendo uma delas no valor de R\$ 12,4 milhões de reais; quatro carros, sendo um deles da marca Porsche no valor de R\$ 378 mil reais; vários fundos e aplicações financeiras que ultrapassam os R\$ 30 milhões de reais; e diversos objetos de arte e esculturas que totalizam mais de R\$ 35 milhões de reais.

Dória é filiado ao PSDB desde 2001 e, para ser o candidato do PSDB à prefeitura de São Paulo, enfrentou fortes resistências de outros políticos mais tradicionais no partido. As prévias no estado, acabaram virando uma pré-disputa entre os grupos internos do partido para a candidatura à presidência de 2018. O grupo de José Serra e Fernando Henrique Cardoso apoiaram Andrea Matarazzo, o de Aécio declarou apoio a Ricardo Tripoli e o então governador, Geraldo Alckmin, apadrinhou João Dória, que não só venceu a disputa interna como também a eleição.

Durante a sua campanha para a prefeitura de São Paulo uma das frases mais faladas por ele, em entrevistas foi: “não sou político, sou administrador, sou empresário, sou gestor” (Tavares, 2017), procurando se apresentar como uma novidade no cenário político, utilizando um discurso antipolítico. Além disso, não poupou críticas ao PT, principalmente a Lula e ao então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad: “nós vamos vencer o PT e varrer o PT da cidade de São Paulo”, disse em um de seus comícios (Dualibi, 2016).

Em todas as pesquisas anteriores a setembro de 2016, Dória aparecia com menos de 10% das intenções de voto, figurando em quinto lugar. No começo de setembro ocupou a terceira colocação, variando entre 16% e 17% das intenções, sendo que no final do mês já foi apontado como primeiro lugar nas pesquisas, com 30% das intenções de voto. Na última pesquisa realizada, em 1º de outubro, Dória tinha 44% das intenções de voto. No dia seguinte, quando ocorreram as eleições, Dória foi eleito já no

1º turno, com 53,29% dos votos válidos, fato que jamais tinha ocorrido desde que foi adotada a eleição de dois turnos na cidade (João..., 2016b). A sua coligação, “Acelera SP” era composta do seu partido, PSDB e mais 12 partidos, sendo eles: PPS, PV, PSB, DEM, PMB, PHS, PP, PSL, PTdoB, PRP, PTC e PTN.

De acordo com o TSE, a campanha de João Dória foi a que mais recebeu doações em todo o país, nas eleições de 2016. Ao todo, arrecadou aproximadamente R\$ 12,45 milhões de reais, sendo que, deste valor, 35,7% são recursos advindos do próprio candidato. Apesar da porcentagem ser relativamente baixa, essa quantia é de quase R\$ 4,45 milhões de reais, o que coloca Dória na lista dos candidatos que mais utilizaram recursos próprios (Rodrigues, 2016).

Depois de 15 meses como prefeito, Dória renunciou ao cargo para poder disputar a candidatura ao governo Estadual de São Paulo, deixando a prefeitura com o seu vice, Bruno Covas. Manteve o seu discurso de gestor:

sou preparado para administrar a maior cidade do país, R\$54 bilhões de orçamento, o terceiro maior orçamento do país, só perde para o orçamento da União e para o do estado de São Paulo. Quem administra a maior cidade da América Latina, a terceira maior capital do mundo, a sétima maior cidade do Planeta, com 12 milhões de habitantes, se sente preparado para ser gestor em qualquer circunstância (Lima, 2017).

Nas eleições para o governo de São Paulo, Dória ficou em primeiro lugar no primeiro turno, com 31,77% dos votos válidos e indo para o segundo turno com Márcio França do (PSB), que obteve 21,53%. A disputa deste segundo turno foi acirrada, com pesquisas de opinião apontando empate técnico às vésperas da eleição. Por fim, João Dória foi eleito, com 51,75% dos votos válidos. Sua coligação, “Acelera SP”, além do PSDB, era composta pelo DEM, partido de seu vice, Rodrigo Garcia, e PSD, PRB, PP e PTC.

A sua campanha, em 2018, arrecadou aproximadamente R\$ 18,7 milhões. Desse valor, 39,64% vieram de doações partidárias, logo em seguida vieram as doações de pessoas físicas, representando 39,52% do total de receitas. Sendo uma das doações mais altas, a de Geraldo Alckmin, no valor de R\$ 500 mil. Nesta campanha, Dória utilizou o montante de R\$ 3,4 milhões de recursos próprios, representando 18,17% da arrecadação.

Nas eleições de 2022, novamente o nome de Dória esteve rodeado de disputas acirradas. Em um primeiro momento, disputou as prévias do partido, com Eduardo Leite (PSDB-RS), vencendo por 53,99% dos votos. O seu nome não agradou várias alas do PSDB, iniciando uma disputa interna no partido, onde por várias vezes Dória chegou a declarar que não seria mais candidato à presidência, mas voltando atrás. Tanto que chegou a renunciar ao cargo de governador de São Paulo, em abril de 2022. Em maio do mesmo ano, anuncia a renúncia da sua candidatura ao Planalto. Sendo assim, também anunciou o seu retorno ao setor privado, não concorrendo a nenhum cargo eletivo em 2022, bem como se desfiliou do PSDB, após 22 anos no partido.

João Dória pode ser considerado o principal promotor da competência de gestor como competência política durante as eleições de 2016. Beneficiou-se por um contexto nacional de descrédito na política e nos políticos, atribuindo maior legitimidade para esses discursos nas campanhas e na política, em geral, Dória vai construir sua imagem de gestor e de não-político. Mesmo com a herança política de seu pai, que o proporcionou a ocupação de cargos públicos, coloca-se como

alguém de fora da política. A imagem do gestor também foi muito reforçada por sua apresentação no programa “O Aprendiz”, que demitia os candidatos que não cumpriam os objetivos. Outra base de prestígio é a sua própria carreira empresarial de sucesso, que lhe garantiu um patrimônio de quase R\$ 190 milhões de reais e um grande trânsito entre o meio empresarial e político através de uma das suas empresas, a LIDE.

A primeira campanha de Dória, em 2016, teve como principal fonte de financiamento seus recursos próprios, uma doação equivalente a 35,7% do montante de uma das campanhas mais caras daquela eleição, que representou R\$ 4,44 milhões. Esse valor é mais alto que o total de receitas de campanhas dos outros casos aqui apresentados. Em 2018, na eleição para o governo de São Paulo, a principal fonte é a partidária, representando 39,52% da receita, contudo, isso não impediu que Dória utilizasse R\$ 3,4 milhões de seus recursos próprios em sua campanha, o equivalente a 18,17% do total de receitas. Hoje, Dória Jr, não ocupa nenhum cargo político, após as desavenças partidárias com a sua pré-candidatura para o planalto em 2022, retornando para as suas atividades empresariais.

## 8 Conclusão

Os principais objetivos deste artigo foram alcançados, pois foi realizado todo um levantamento biográfico de cada um dos quatro casos, tendo como foco a origem social e a trajetória profissional de cada um deles, bem como as informações sobre a filiação partidária e da campanha eleitoral, sendo possível relacionar os recursos sociais acumulados antes da política e os seus usos eleitorais, seja de forma simbólica, como competência de gestão, seja de forma material, como o financiamento próprio das campanhas.

A partir da análise dos recursos sociais disponíveis nos quatro casos aqui analisados, foi possível encontrar pontos de semelhanças e diferenças entre cada um deles. Primeiramente, todos foram escolhidos por se tratarem de prefeitos de capitais do Brasil que declararam como ocupação a de empresário. Nenhum deles possuía carreira política prévia, tomada como ocupação de cargos eletivos, até o sucesso eleitoral para a prefeitura. Outro ponto em comum foram os “usos” da competência como gestor durante a campanha eleitoral, presente em todos eles, bem como o alto valor das doações próprias realizadas, que podem ser apontados como um reflexo das suas carreiras empresariais, que além de proporcionarem uma estabilidade econômica, também garantem uma dimensão de prestígio, associada ao “sucesso pessoal”.

O acúmulo desses recursos, tanto na origem social, quanto no decorrer da vida, é fundamental para o sucesso eleitoral, visto que, mesmo sem nunca terem concorrido no mercado eleitoral, não eram desconhecidos nos municípios em que se candidataram para os cargos de prefeito. Conjuntamente com a disponibilidade de recursos econômicos para utilizarem na campanha, essa visibilidade viabilizou a seleção da candidatura desses casos, contudo, isso não é o suficiente para ser eleito. Por isso, cada um deles, do seu modo, tentou fazer uso dos trunfos que detinha para se apresentar ao eleitorado.

Nesse ponto os casos não são iguais, apesar de que todos procuraram um discurso antipolítico e calcado na “gestão”, é possível apontar certas diferenças entre eles, que estão condicionadas aos recursos sociais que embasam os “usos” da competência de gestor, que estão relacionadas com a



origem social e a trajetória profissional de cada um deles.

Outro ponto interessante é que nenhum dos candidatos era considerado como favorito no início da corrida eleitoral, ou seja, a imagem e o discurso utilizados por eles durante a campanha foram fundamentais para atingirem o sucesso eleitoral. Da mesma forma que vários dos seus concorrentes eram políticos tradicionais, que detinham carreiras mais consolidadas, logo mais capital político de forma geral. Entretanto, somente João Dória obteve sucesso ao se candidatar a governador, Kalil e Amastha foram derrotados e Hildon Chaves nem chegou a concorrer. A derrota de Dória vem dentro do próprio partido ao procurar ser o pré-candidato à presidência pelo PSDB.

Enfim, existe uma série de elementos que possibilitam os usos de um tipo de competência de gestor no mercado eleitoral e no espaço político. A legitimação desse recurso enquanto trunfo social e político está relacionada com o contexto sócio-político atual, de uma crise das instituições e da representação política. É dentro desse contexto que novas competências são acionadas e outros atores políticos são cooptados para o espaço da política. Contudo, ainda é necessário a continuidade da pesquisa, focando, principalmente, o contexto sócio-político brasileiro, de descrédito da política tradicional, dando força para os discursos políticos da novidade, do não-político e do gestor. Por outro lado, também é de extrema importância uma análise mais aprofundada desses discursos, com uma abordagem mais sistemática das apresentações e das falas dos candidatos e políticos que os utilizam.

## Referências

17

ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jales (org.). *Dicionário histórico-biográfico da propaganda no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/Associação Brasileira de Propaganda, 2007.

“ACABOU coxinha acabou mortadela, o negócio agora é quibe” diz Kalil. *Estadão*, 31 out. 2016. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/acabou-coxinha-acabou-mortadela-o-negocio-agora-e-quibe-diz-kalil/>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

ARAGÃO, Alexandre. Gestão Alckmin paga R\$15 milhões a Doria Jr., pré candidato à prefeitura de SP. *Folha de São Paulo*, 13 set. 2015. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1681027-gestao-alckmin-paga-r-15-mi-a-doria-jr-pre-candidato-a-prefeitura-de-sp.shtml>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

BASTOS, Philipe. Amastha é apontado como o 4º candidato a prefeito mais rico entre as capitais. *Conexão Tocantins*, 2012. Disponível em: <<https://conexaoto.com.br/2012/07/13/amastha-e-apontado-como-4o-candidato-a-prefeito-mais-rico-entre-as-capitais>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

BASTOS, Philipe. Amastha propõe terceira via e diz que espera parceria com PMDB nas eleições 2012. *Conexão Tocantins*, 2011. Disponível em: <<https://conexaoto.com.br/2011/12/08/amastha-propoe-terceira-via-e-diz-que-espera-parceria-com-pmdb-nas-eleicoes-2012>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

BATALHA, Ana Paula. Comparado a Doria, o empresário Dr. Hildon é eleito em Porto Velho. *Uol*, 30 out. 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2016/noticias/2016/10/30/comparado-a-doria-empresario-dr-hildon-e-eleito-em-porto-velho.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

BOLTANSKI, Luc. L'espace positionnel: multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe. *Revue française de sociologie*, v. 14, n. 1, p. 3-26, 1973.

BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Minuit, 1989.

BRAGA, Wanglézio. Hildon Chaves é o candidato mais 'rico' à prefeitura de Porto Velho. *Newsrondonia*, 16 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.newsrondonia.com.br/noticias/hildon-chaves-e-o-candidato-mais-rico-a-prefeitura-de-porto-velho/78993>>. Acesso em: 07 abr. 2023.

BRASIL TSE (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL). *Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais*. 2023. Disponível em: <[divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/)>. Acesso em: 01 mar. 2023.

CIPRIANI, Juliana. "Quero ser prefeito dos cruzeirenses também", diz Alexandre Kalil, pré-candidato a prefeito de BH. *Estado de Minas*, 17 jul. 2016. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/07/17/interna\\_politica,784389/quero-ser-prefeito-dos-cruzeirenses-tambem-diz-alexandre-kalil.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/07/17/interna_politica,784389/quero-ser-prefeito-dos-cruzeirenses-tambem-diz-alexandre-kalil.shtml)>. Acesso em: 01 mar. 2023.

CIPRIANI, Juliana; SOUTO, Isabella. Ex-presidente do Atlético Alexandre Kalil se filia ao PHS. *Estado de Minas*, 07 mar. 2016. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/03/07/interna\\_politica,741130/ex-presidente-do-atletico-alexandre-kalil-se-filia-ao-phs.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/03/07/interna_politica,741130/ex-presidente-do-atletico-alexandre-kalil-se-filia-ao-phs.shtml)>. Acesso em: 01 mar. 2023.

COLOMBIANO estreante na política é eleito prefeito de Palmas (TO). *Estadão*, 08 out. 2012. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/colombiano-estreante-na-politica-e-eleito-prefeito-de-palmas-to/>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

CONHEÇA a Comissão Executiva do Diretório Regional do PSDB-RO. *PSDB*, 22 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.psdb.org.br/ro/conheca-a-comissao-executiva-do-diretorio-regional-do-psdb-ro/>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

CORADINI, Odaci Luiz. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

CORDEIRO, Tiago. Filho de deputado de esquerda e exilado na ditadura: o DNA político de João Doria que você não conhece. *Gazeta do Povo*, 14 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/filho-de-deputado-de-esquerda-e-exilado-na-ditadura-o-dna-politico-de-joao-doria-que-voce-nao-conhece-6t749rjhb2bnk5efrgek45a2c/>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

COTRIM, Maria José. Gomes, João Ribeiro, Donizeti e Cavalcante participam da filiação de Amastha no PP nesta manhã em Brasília. *Conexão Tocantins*, 21 set. 2011. Disponível em: <<https://conexaoto.com.br/2011/09/21/gomes-joao-ribeiro-donizeti-e-cavalcante-participam-da-filiacao-de-amastha-no-pp-nesta-manha-em-brasilia>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

CRISE e redução do Fies pesam sobre matrículas no 1º semestre. *G1*, 02 mar. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/03/crise-e-reducao-do-fies-pesam-sobre-matriculas-no-1-semester.html>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

DELALANDE, Nicolas. Émile-Justin Menier, un chocolatier en République. Les controverses sur la légitimité de la compétence politique d'un industriel dans la France des années 1870. *Politix*, n. 84, p. 9-33, 2008.

DIAP (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR). *Radiografia do novo congresso*, 2018. Disponível em: <<https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/category/13-radiografia-do-novo-congresso>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato Raul. *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ, 2004.

DUALIBI, Julia. A guerra do Cashmere. *Revista Piauí*, n. 119, ago. 2016. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/guerra-do-cashmere/>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

DULONG, Delphine. Quand l'économie devient politique. La conversion de la compétence économique en compétence politique sous la V<sup>e</sup> République. *Politix*, v. 9, n. 35, p. 109-130, 1996.

EMPRESÁRIO Carlos Amastha assina filiação ao PV. *Conexão Tocantins*, 22 set. 2009. Disponível em: <<https://conexaoto.com.br/2009/09/22/empresario-carlos-amastha-assina-filiacao-ao-pv>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

FERNANDA, Luana. Colombiano candidato em Palmas diz que não é personagem político. *Terra*, 24 set. 2012a. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/colombiano-candidato-em-palmas-diz-que-nao-e-personagem-politico,5a18ca284566b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

FERNANDA, Luana. Palmas: eleito, Amastha é colombiano e 4º candidato mais rico do País. *Terra*, 07 out. 2012b. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/palmas-eleito-amastha-e-colombiano-e-4-candidato-mais-rico-do-pais,0508ae91f976b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

FERRAZ, Adriana; LEITE, Fábio. O gestor nasceu na política. E agora volta ao governo. *Estadão*, 01 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/sao-paulo/o-gestor-nasceu-na-politica-e-agora-volta-ao-governo/>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

FGV-CPDOC (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS-CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. 2023. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dicionarios/dhbb#tabs>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

FRANCIS, Toni. Veja de onde vieram e o que fazem os candidatos a prefeito de Porto Velho. *G1*, 26 set. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ro/rondonia/eleicoes/2016/noticia/2016/09/veja-de-onde-vieram-e-o-que-fazem-os-candidatos-prefeito-de-porto-velho.html>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

GARCIA, Euclides; MILAN, Pollianna. MEC fecha 1,3 mil pólos de ensino a distância. *Gazeta do Povo*, 19 nov. 2008. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/mec-fecha-13-mil-polos-de-ensino-a-distancia-baccsz3epsirqpvvljwdq3jgu/>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

HAMMAN, Philippe. Patrons et milieux d'affaires français dans l'arène politique et électorale (XIX<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles): quelle historiographie? *Politix*, n. 84, p. 35-59, 2008.

JOÃO Doria, do PSDB, é eleito prefeito de São Paulo. *Globo*, 02 out. 2016b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2016/noticia/2016/10/joao-doria-do-psdb-e-eleito-prefeito-de-sao-paulo.html>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

JOÃO Doria Jr. *Época*, 2016a. Disponível em: <<https://epoca.oglobo.globo.com/tudo-sobre/noticia/2016/09/joao-doria-jr.html>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre/Belo Horizonte: ARTMED/UFMG, 1999.

LEITE, Fábio. Doria dá cargo a neto de Montoro na Prefeitura. *Estadão*, 13 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/sao-paulo/por-dentro-da-metropole/doria-da-cargo-a-neto-de-montoro-na-prefeitura/>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

LÉVEQUÊ, Sandrine. “L’entrée en politique”. Bibliographie sur lês conditions sociales de la professionnalisation et de la “réussite” politique en France. *Politix*, v. 9, n. 35, p. 171-187, 1996.

LIMA, Maria. Doria diz que está capacitado para ser gestor ‘em qualquer circunstância’. *O Globo*, 18 ago. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/doria-diz-que-esta-capacitado-para-ser-gestor-em-qualquer-circunstancia-21721606>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

MATHIOT, Pierre; SAMCKI, Frédéric. Les membres des cabinets ministériels socialistes en France (1981-1993); Recrutement et reconversion; Première Partie: Caractéristiques sociales et filières de recrutement. *Revue Française de Science Politique*, v. 49, n. 1, p. 3-30, 1999a.

MATHIOT, Pierre; SAMCKI, Frédéric. Les membres des cabinets ministériels socialistes en France (1981-1993); Recrutement et reconversion; Deuxième Partie: Passage en cabinet et trajectoires professionnelles. *Revue Française de Science Politique*, v. 49, n. 2, p. 231-264, 1999b.

MATTOS, Marcela. O João Doria de Porto Velho. *Veja*, 13 out. 2016a. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/o-joao-doria-de-porto-velho/>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

MATTOS, Marcela. Doria de Porto Velho já foi punido por misturar público e privado. *Veja*, 28 out. 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/doria-de-porto-velho-ja-foi-punido-por-misturar-publico-e-privado/>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

MORAIS, Hosana. Hildon Chaves é candidato a prefeito de Porto Velho pelo PSDB. *G1*, 24 jul. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ro/rondonia/eleicoes/2016/noticia/2016/07/hildon-chaves-e-candidato-prefeito-de-porto-velho-pelo-psdb.html>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

MPF/PB aciona Unitins e Eadcon por irregularidades de EAD. *Conexão Tocantins*, 11 jul. 2011. Disponível em: <<https://conexaoto.com.br/2011/07/11/mpf-pb-aciona-unitins-e-eadcon-por-irregularidades-em-cursos-superiores-de-ead>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

OFFERLÉ, Michel. *La profession politique - XIX<sup>e</sup>.-XX<sup>e</sup>. siècles*. Paris: Belin, 1999.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. Sociologia da alta burguesia. *Sociologias*, v. 9, n. 18, p. 22-37, 2007.

PITOMBO, João Pedro. Conheça a história das três gerações de Joões Dorias que entraram na política. *Folha de São Paulo*, 29 dez. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/12/1845402-conheca-a-historia-das-tres-geracoes-de-jooes-dorias-que-entraram-na-politica.shtml>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

RODRIGUES, Paloma; XAVIER, Renan Melo. Diretório nacional intervém e PT deverá apoiar Kátia Abreu no Tocantins. *Poder 360*, 23 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/eleicoes/diretorio-nacional-intervem-e-pt-devera-apoiar-katia-abreu-no-tocantins/>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

RODRIGUES, Patrícia. Prejuízo das eleições é superior a R\$ 214 milhões, diz TSE. *Correio Braziliense*, 19 dez. 2016. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/12/19/interna\\_politica,561900/prejuizo-das-eleicoes-e-superior-a-r-214-milhoes-diz-tse.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2016/12/19/interna_politica,561900/prejuizo-das-eleicoes-e-superior-a-r-214-milhoes-diz-tse.shtml)>. Acesso em: 01 mar. 2023.

SAINT-MARTIN, Monique. Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. *Toma*, n. 13, p. 43-73, 2008.

SANTOS, Cecília. Em Palmas, colombiano pode ser o primeiro estrangeiro a governar capital. *Folha de São Paulo*, 24 set. 2012a. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/68049-em-palmas-colombiano-pode-ser-o-1-estrangeiro-a-governar-capital.shtml?>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

SANTOS, Cecília. Prefeito eleito de Palmas vende shopping e renuncia a salário. *Folha de São Paulo*, 09 out. 2012b. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/1166835-prefeito-eleito-de-palmas-vende-shopping-e-renuncia-a-salario.shtml>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

TAVARES, Flávia. João Doria: “Eu não sou político, não”. *Época*, 25 abr. 2017. Disponível em: <<https://epoca.oglobo.globo.com/politica/noticia/2017/04/joao-doria-eu-nao-sou-politico-nao.html>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

TERENZI, Gabriela. O ano de estreia de Hildon Chaves no comando de Porto Velho. *Nexo*, 07 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/02/07/O-ano-de-estreia-de-Hildon-Chaves-no-comando-de-Porto-Velho>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

TSE mantém cassação dos mandatos do governador do Tocantins e de sua vice. *BRASIL TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL*, 17 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Abril/tse-mantem-cassacao-dos-mandatos-do-governador-do-tocantins-e-de-sua-vice>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

VALIM, Carlos Eduardo. A Skipton quer decolar. *IstoÉ Dinheiro*, n. 864, 09 maio 2014. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/a-skipton-quer-decolar/>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

XAVIER, Renan Melo. Apesar de decisão do diretório nacional, PT fica de fora de eleição no TO. *Poder 360*, 24 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/eleicoes/apesar-de-decisao-do-diretorio-nacional-pt-fica-de-fora-de-eleicao-no-to/>>. Acesso em: 01 mar. 2023.

*Submetido em 10/03/2023*

*Aprovado em 17/03/2023*

Icaro Engler ([icaro.engler@ufv.br](mailto:icaro.engler@ufv.br)) é Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa.

### Os “gestores” na política: um estudo sobre a mobilização da competência empresarial na carreira política em quatro biografias

**Resumo:** Este trabalho tem dois objetivos principais: i) demonstrar a valorização de uma competência econômica associada a um discurso de “gerenciamento” dentro do espaço político brasileiro e ii) relacionar este “trunfo” com os recursos sociais de origem familiar e trajetória profissional anterior a candidatura política. O universo de pesquisa foi composto dos 4 casos que seguem: Alexandre Kalil, Carlos Amastha, Hildon Chaves, João Dória. Todos estes casos, além da atual posição política, também declararam a profissão de empresário. Os resultados apontam para um fortalecimento de um discurso de negação da política, valorizando assim uma lógica de se fazer política como “gestão” de recursos públicos, associada a uma competência empresarial ou econômica da figura do *manager*. A partir dessa configuração política é possível demonstrar um “uso” estratégico de recursos advindos do espaço econômico, tanto simbólicos como materiais, como forma de legitimação de candidaturas e de competência para se desempenhar os cargos políticos. Por sua vez, a capacidade de mobilização desses recursos, está condicionada a origens e trajetórias sociais específicas, que passam por relações familiares e de atuações de prestígio ao longo da vida.

**Palavras-chave:** Empresários; Eleições; Gestão; Competência; Política.

22

### The political “managers”: a study on the mobilization of entrepreneurial expertise in the political career in four biographies

**Abstract:** This work has two main objectives: i) to demonstrate the appreciation of an economic competence associated with a discourse of “management” within the Brazilian political space and ii) to relate this “asset” with the social resources of family origin and professional trajectory prior to the candidacy policy. The research universe was composed of the following 4 cases: Alexandre Kalil, Carlos Amastha, Hildon Chaves, João Doria. All these cases, in addition to the current political position, also declared the profession of entrepreneur. The results point to a strengthening discourse of politic denial, thus valuing a logic of doing politics as “management” of public resources, associated with an entrepreneurial or economic competence of the manager figure. From this political configuration it is possible to demonstrate a strategic “use” of resources coming from the economic space, both symbolic and material, as a way of legitimizing candidacies and competence to hold political positions. In turn, the ability to mobilize these resources is conditioned to specific origins and social trajectories, which go through family relationships and prestige actions throughout life.

**Keyword:** Entrepreneur; Elections; Management; Expertise; Political.